



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000920-18.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 30/2016-CGJ

Período da correição: 22-8-2016 a 24-10-2016

EQUIPE CORREICIONAL



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

DADOS DA UNIDADE

Comarca: Criciúma

Unidade: Vara de Execuções Penais

Municípios integrantes: Criciúma, Nova Veneza, Siderópolis e Treviso

Juiz titular: Rubens Sergio Salfer

Chefe de cartório: Rodnei Mena Corrêa

Última correição por equipe da CGJ/SC: 25-3-2013 a 27-5-2013 - 0010326-68.2013.8.24.0600

Competência: Resolução N. 13/2011-TJ Art. 4º Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da comarca de Criciúma: I - processar e julgar as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).

Entrância: Especial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.458
1.1.2 Processos em andamento	2.451
1.1.3 Procedimentos em andamento	7

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Outubro de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.380
1.2.2 Processos em andamento	2.373
1.2.3 Procedimentos em andamento	7

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Outubro de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos concluídos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	3		

Observações

a) Informações obtidas em 23/11/2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	1.495	124,58
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	1.584	132,00
1.4.3 Janeiro a setembro de 2016	1.227	136,33

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Execução Penal - Processo	227
1.5.1.1 Ag. - Administrativo	16
1.5.1.2 Ag. Análise do Cartório	1
1.5.1.3 Ag. Audiência	6
1.5.1.4 Ag. Encerramento do Ato	29
1.5.1.5 Ag. Prazo	12
1.5.1.6 Ag. Prazo - Benefício	92



1.5.1.7	Ag. Soma das Penas	25
1.5.1.8	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	38
1.5.1.9	Benefícios Suspensos	5
1.5.1.10	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.11	Medida de Segurança/Internação	1
1.5.1.12	Recebido do Juiz - Despacho	1

Observações

- a) Informações obtidas em 23/11/2016.
- b) Na data de 24/11/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:
- b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 11/4/2016.
- b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.
- b.3) Cumprir urgente: existem 11 processos na fila. O mais antigo data de 29/6/2016.
- b.4) Recebido do Juiz.
Recebido do Juiz - Despacho: existem 41 processos na fila. O mais antigo data de 22/2/2016.
Recebido do Juiz - Decisão: existem 155 processos na fila. O mais antigo data de 21/10/2016.
Recebido do Juiz - Sentença: existem 36 processos na fila. O mais antigo data de 12/9/2016.
- b.5) Escrivão: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 27/10/2016.
- b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 2 processos com audiências já realizadas.
- b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos, por amostragem. Verificou-se que em 3 (0119084-04.2014.8.24.0020, 0010041-98.2015.8.24.0020 e 0019131-14.2007.8.24.0020) há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNCGJ, e em 2 (0019188-27.2010.8.24.0020 e 0028943-60.2009.8.24.0020) há decisão determinando o arquivamento, mas não há certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).
- b.8) Processo Suspenso: não há processos na fila.
Fila Petição intermediária
- b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 146 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 23/11/2016.
- b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 14 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 22/11/2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1 Processos sem movimento há mais de 180 dias	77	63
1.6.1.1 Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	3,34%	2,56%
1.6.2 Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 13/04/2012)		
1.6.2.1 2012	0	5



1.6.2.2	2014	3	1
1.6.2.3	2015	17	13
1.6.2.4	Total	20	19

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
- Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016. (fl. 12)
- Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016. (fls. 174-175)

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	0	0
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	102	110
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	20	2
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	5	-
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	-	-
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	-	-

Observações

- Itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.8 e 1.6.9: não se aplica em face da competência da unidade.
- Padrão de conformidade (itens 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 18/08/2016. (fls. 13-14)
 - Item 1.6.7: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
- Segunda verificação em 23/11/2016. (fls. 176-177)
 - Item 1.6.7: por inconsistência do sistema não foi possível a extração do relatório.

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/07/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	521	334
	Petição Intermediária	70	64
	Mandados	9	9
	AR	0	0



Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- b) Primeira verificação em 18/08/2016. (fl. 15)
- c) Segunda verificação em 23/11/2016. (fl. 178)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

Indicador		Valor	
		Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	0
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	0

Observações

- a) Itens 1.6.11 a 1.6.15: não se aplica em face da competência da unidade.

MANDADOS

Indicador		Valor	
		Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	3	6

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 18/08/2016. (fl. 16)
- c) Segunda verificação em 23/11/2016. (fl. 179)

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador		Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.17	Outros setores				
1.6.17.1	Contadoria	0	0	0	0
1.6.17.2	Distribuição	0	0	0	0
1.6.17.3	Ministério Público	43	2	19	0
1.6.17.4	Petição Inicial - Ag. Digitalização	28	28	30	24

Observações

- a) Primeira verificação em Julho de 2016 (fl. 17).
- b) Segunda verificação em Outubro de 2016 (fl. 180).



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.18 Quantidade total de processos em carga	0		0	
Local	Total	+100d	Total	+100d
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				

Observações

- Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016.
- Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.19.3 Cartório - Recebido do Juiz	0	0	0	0
1.6.19.4 Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.19.5 Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0
1.6.19.6 Cartório - Aguardando	0	0	0	0
1.6.19.7 Cartório - Aguardando AR	0	0	0	0
1.6.19.8 Cartório - Aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.19.9 Cartório - Aguardando mandado	0	0	0	0
1.6.19.10 Cartório - Aguardando publicação relação	0	0	0	0
1.6.19.11 Cartório - Arquivar	0	0	0	0
1.6.19.12 Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13 Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.14 Cartório - Escaninho do Juiz	0	0	0	0
1.6.19.15 Cartório - Escaninho do Promotor	0	0	0	0
1.6.19.16 Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.17 Cartório - Mesa do Escrivão	0	0	0	0
1.6.19.18 Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.19 Cartório - Mesa 01 a 10	0	0	0	0
1.6.19.20 Cartório - Prazo 1 a 31	0	0	0	0
Expedição/cumprimento				
1.6.19.21 Cartório - Cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.19.22 Cartório - Cumprir despacho	0	0	0	0



urgente

1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	0	0	0	0
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 18/08/2016.
- Segunda verificação em 23/11/2016.
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	4.726	64
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	1.217	0
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	1.241	9
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	1	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	4	1
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	123	135

Observações

- Padrão de conformidade:
 - Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
 - Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.
- Primeira verificação em 18/08/2016. (fls. 18-25)
- Segunda verificação em 23/11/2016. (fls. 181-187)

1.7.8	Réu Preso Provisório	656	401
	Réu Preso Definitivo	1.432	1.483
	Total	2.088	1.884



Observações

a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

b) Primeira verificação em 18/08/2016. (fls. 26-69)

c) Segunda verificação em 23/11/2016. (fls. 188-227)

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	-	-
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	Alimentado	Alimentado
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-

Observações

a) Itens 1.8.1, 1.8.2 e 1.8.4: não se aplica em face da competência da unidade.

b) Primeira verificação em 18/08/2016 (fls. 74-75).

c) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

c.2) Existem 2 estabelecimentos penais registrados.

d) Segunda verificação em 23/11/2016 (fls. 229-230).

e) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

e.2) Existem 2 estabelecimentos penais registrados.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA



	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	-	-

Observações

- a) Item 1.9.1: Não se aplica em face da competência da unidade.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 30 de novembro de 2016.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional - Mat. 9.914

Irys Cristiannye Bittencourt Bagio
Assessora Correicional - Mat. 35.153

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683